

---

## **Sob (múltiplos) fogos cruzados: uma análise sobre os fatores estruturais e conjunturais que vulnerabilizam o jornalismo comunitário<sup>1</sup>**

João Paulo MALERBA<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### **RESUMO**

Apesar de sua importância para a democracia desde os territórios, o jornalismo comunitário tem historicamente enfrentado diversas violações. O artigo apresenta os resultados prévios de um mapeamento dos fatores que influenciam a segurança de jornalistas comunitários/as. A partir de uma análise exploratória de relatórios da sociedade civil, reportagens e denúncias, tais fatores são organizados em estruturais (fundamentais e de longo prazo) e conjunturais (contextuais e mais momentâneos), com o objetivo de contribuir com a sistematização, análise e aprofundamento de denúncias de violações do direito à comunicação de jornalistas comunitários/as.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência contra jornalistas; comunicação comunitária; segurança no jornalismo; direito à comunicação.

### **Introdução**

Documentos de organismos internacionais enfatizam as consequências não apenas individuais, mas coletivas e societárias da violência contra jornalistas, tendo em vista que “violam o direito dessas pessoas a expressar e compartilhar ideias, opiniões e informações” e “atentam contra os direitos dos cidadãos e das sociedades em geral a buscar e receber informações e ideias de qualquer tipo” (OEA, 2013, p. 22). Dentre seus diversos efeitos, as violências e violações ao exercício do direito à comunicação de quem produz informação resultam em silenciamento e autocensura de comunicadores/as e emitem um recado ao conjunto da sociedade de que determinados assuntos devem ser evitados e/ou estão proibidos. Em última instância, trata-se de um atentado contra a democracia que “depende de um intercâmbio livre, aberto e dinâmico de ideias e informações” (idem).

A perseguição e a violência contra jornalistas no Brasil é um fato histórico e perene. De acordo com Jorge (1987), desde a colonização portuguesa até a ditadura militar iniciada em 1964, todos/as jornalistas que ousaram questionar os poderes instituídos estiveram em risco iminente. Ramos e Saad (2022), ao analisar a violência

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade Comunicação da UFJF, docente permanente do PPGCom-UFJF, pesquisador do Laboratório de Comunicação, Identidade e Cidadania (UFJF) e coordenador do GT de Comunicação e Cidadania da Compós. E-mail: [joaopaulo.malerba@ufjf.br](mailto:joaopaulo.malerba@ufjf.br).

---

cultural contra jornalistas no Brasil, enfatizam “o predomínio de formas culturais de assédio e violência (...) por uma estrutura social historicamente autoritária que sustenta o discurso político e legitima figuras que o praticam, gerando sua identificação com os anseios dos cidadãos” (p. 13).

Por conta dessa estrutura social não somente autoritária, mas profundamente desigual, as implicações individuais e coletivas do cerceamento ao jornalismo são ainda mais graves, profundas e duradouras quando direcionadas aos/às comunicadores/as comunitários/as. O papel essencial que desempenham nas comunidades em que atuam se evidencia por serem, em muitos casos, os únicos produtores de notícias locais, sendo responsáveis por tarefas centrais ao bom funcionamento da democracia desde os territórios, como a transparência pública local, a vigilância dos atos vinculados ao exercício dos poderes em âmbito municipal e a visibilidade dos temas de interesse imediato da população.

As violências contra jornalistas profissionais de grandes centros urbanos, apesar de subnotificadas, têm mais chances de serem contabilizadas e visibilizadas por outros meios de comunicação, bem como por entidades representativas (como a Federação Nacional dos Jornalistas) e instituições da sociedade civil de apoio aos/às jornalistas (como Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Artigo 19, Instituto Vladimir Herzog). Há, contudo, um esforço conjunto dessas mesmas organizações citadas em receber, encaminhar e (dependendo dos riscos) visibilizar também casos de violação ao direito humano à comunicação de comunicadores/as comunitários/as, com destaque para a Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores/as ([rededeprotecao.org.br](http://rededeprotecao.org.br)). Trata-se, no Brasil, da “principal iniciativa organizada pela sociedade civil para apoio estruturado a comunicadores/as em situação de risco” (Potter, 2024, p. 51), articulando dezenas de organizações a fim de fortalecer estratégias de proteção coletiva e de abordagem integral, contando com repositório de materiais de proteção, oficinas, formações e um mecanismo próprio de recebimento de casos.

Como parte de uma pesquisa que articula ações com a sociedade civil<sup>3</sup>, o artigo apresenta os resultados prévios de um mapeamento dos fatores que influenciam a

---

<sup>3</sup> A pesquisa “O silenciamento dos/as invisibilizados/as: um mapeamento inicial da segurança dos/as comunicadores/as comunitários/as no Brasil” é realizada no âmbito do Laboratório Comunicação, Identidade e Cidadania (UFJF), conta com o apoio do XXXVI Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica da UFJF e articula ações com entidades da sociedade civil como a ONG CRIAR Brasil, entidade que há quase 30 anos atua no âmbito do direito à comunicação, com foco na comunicação comunitária e popular, e a própria Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores/as. A

---

segurança de jornalistas comunitários/as. A partir de uma análise exploratória (Hoaglin et al., 1992) de relatórios da sociedade civil, reportagens e denúncias, organizamos os diversos fatores em estruturais (ligados a aspectos fundamentais da sociedade brasileira, mais de longo prazo) e conjunturais (ligados a elementos mais contextuais e potencialmente momentâneos). O objetivo é estruturar um arcabouço analítico que contribua com a futura sistematização e aprofundamento dos dados das denúncias de violações do direito à comunicação de jornalistas realizadas através da Rede Nacional de Proteção, contando com a colaboração do presente projeto de pesquisa.

### **Seleção de casos emblemáticos**

A partir da análise exploratória, e levando em conta os limites de espaço do presente resumo expandido, selecionamos alguns casos representativos dos diversos fatores que historicamente cerceiam e constroem o jornalismo comunitário no país.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada *Militarização da vida e censura da comunicação comunitária: a luta por liberdade de expressão no conjunto de favelas da Maré*, Martins (2018) realiza uma observação participante tendo como foco o contexto das remoções e da invasão militar da Maré no contexto dos megaeventos, mais detidamente entre 2014 e 2015. A pesquisadora entrelaça suas próprias experiências de violações de direitos como moradora e jornalista popular com a de outros/as oito comunicadores/as de diferentes mídias comunitárias. Durante as remoções, Eliano Felix, do jornal O Cidadão relata que “quando eles removeram as 30 casas de uma comunidade aqui da Maré, eles proibiram de tirar fotos. A gente não podia falar, circular nem fazer nosso trabalho” (Felix apud Martins, 2018, p. 70).

Um dos veículos que surgiram no período analisado foi o *Maré Vive*, uma página do Facebook que “nasceu para ser um canal de denúncia dos moradores durante a invasão do exército na Maré” (Martins, 2018, p. 46). Além – e a partir – das revelações das diversas violações de direitos básicos por parte dos moradores, o Maré Vive também articulava manifestações de rua. Após um desses protestos ter tido grande adesão, os/as comunicadores/as passaram a ser perseguidos, e a página do coletivo foi inclusive clonada. A página falsa continha postagens de fotos de traficantes e de ‘bocas’, resultando em ameaças de morte dos/as comunicadores/as por parte dos

---

pesquisa tem como objetivo principal “realizar um mapeamento exploratório dos principais fatores que influenciam a segurança dos/as comunicadores/as comunitários/as no Brasil, a partir de três eixos de análise: aspectos jurídico-legais; ambiente virtual; mecanismos de proteção da sociedade civil e estatais”.

---

traficantes. Um dos comunicadores entrevistados suspeita ter sido a própria polícia a autora da farsa. O fato chegou a ser noticiado em uma reportagem do programa *Balanço geral*, da TV Record<sup>4</sup>.

Os limites da liberdade de expressão em favelas e territórios periféricos estão bem descritos na fala de Rosilene Miliotti, jornalista comunitária da Maré: “O limite não é só a nossa segurança. Porque a gente mora ali, a gente tem família ali. (...) [Além disso] a gente sabe muito bem que se o tráfico cisma com você, ele manda você sair do lugar e pronto. A gente sabe que a polícia, a milícia, todos eles fazem isso.” (Miliotti apud Martins, 2018, p. 76)

Com a chegada de Bolsonaro ao poder, o discurso de ódio e a campanha de deslegitimação da imprensa emanados desde o poder central no período entre 2019 e 2022 significou o estímulo à violência nos territórios, tornando ainda mais difícil e perigosa a atuação dos/as comunicadores/as comunitários/as. Em 2021, em meio a pandemia de covid-19, o cientista social e então coordenador de proteção da ong Artigo 19, Thiago Firbida, denunciava “um projeto sistemático de deterioração da liberdade de expressão que corresponde, em última instância, à deterioração da democracia”. No contexto de ataques sistemáticos a imprensa por Bolsonaro, Firbida compreendia estar em curso um processo de reconstrução da censura. Só que, diferentemente da ditadura militar, os ataques a jornalistas seriam orquestrados por autoridades públicas “com grupos de ‘seguidores sem face’” inseridos “numa estrutura muito organizada e bem financiada de desinformação para realizarem esses ataques”, gerando uma hostilidade engajada, em que não somente havia um descrédito ou rejeição do trabalho dos comunicadores/as, mas um engajamento em agredi-los/as (Cabral, 2021a).

Os casos de ataque a jornalistas comunitários/as se avolumaram durante a pandemia. Em 17 de março de 2021, a sede do jornal Folha da Região, o mais antigo da cidade de Olímpia (São Paulo) e onde também funciona a comunitária Rádio Cidade, foi alvo de um ataque que provocou um incêndio (Toledo, 2021). O editor, José Antônio Arantes, vive no mesmo prédio e já havia sofrido ataques e ameaças na internet por sua defesa às medidas de isolamento social e fechamento de atividades não essenciais durante a pandemia. Antes sofrera perseguição numa rodovia e em seguida teve o pneu de seu carro furado. Posteriormente, o agressor, um bombeiro, confessou que o motivo

---

<sup>4</sup> Balanço geral RJ. Página falsa em rede social denuncia ação de traficantes no Complexo da Maré. R7, 15 abr. 2015. Disponível em <https://record.r7.com/balanco-geral-rj/videos/pagina-falsa-em-rede-social-denuncia-acao-de-trafficantes-no-complexo-da-mare-03022023/>. Acesso em 27 jun. 2024.

---

foi o posicionamento crítico do veículo durante a pandemia. Em uma carta aberta, Arantes afirmou que “fazer jornalismo em cidades pequenas não é fácil. É um sacerdócio. Ou você agrada, fala bem da sua cidade, ou vai ser odiado por todos. Sofre pressão econômica, intimidação e uma série de outras coisas”. O jornalista tem vivido de forma reclusa com a família, com dificuldades de dormir, preocupado com a neta que vive com ele no caso de mais um eventual incêndio. Na mesma carta, afirma se sentir “incompetente, impotente, descrente, sem condições mínimas de garantir os mais precários conceitos de dignidade para sua própria família” (Souza, 2021).

Com mais de três décadas de atuação no movimento de rádios comunitárias, o radialista Jerry de Oliveira, da Rádio Noroeste FM, periferia de Campinas (SP), tem um longo histórico de ameaças fruto da sua atuação local. Em setembro de 2021, dois homens, um deles armado, o ameaçaram de morte. Só que, dessa vez, não era por conta de alguma notícia ou denúncia a afetar um político, policial ou poderoso local: “você não vai falar mal do Bolsonaro, porque se falar, eu vou te matar”. Na opinião de Oliveira, “trata-se de uma reprodução dos crimes de ódio agora na periferia”, e a ocasião serve de alerta: “o meu caso não é isolado. Ele é mais um exemplo de todos os casos que a gente vê no dia a dia das rádios comunitárias do país (...) nós, comunicadores comunitários, somos muito mais ameaçados e corremos muito mais risco que outros jornalistas” (Cabral, 2021b).

Partindo para o jornalismo em defesa dos direitos dos povos da floresta, em 2024, o Instituto Vladimir Herzog publicou “Fronteiras da informação: relatório sobre jornalismo e violência na Amazônia” (Potter, 2024) a partir de dados compilados sobre violações ao direito à comunicação na Amazônia Legal e dos relatos de dez jornalistas e comunicadores populares vítimas de violência por seu trabalho na região, normalmente ligados a investigação de crimes ambientais. Um dos casos é o do comunicador popular Darlon Neres, afastado de sua comunidade, no Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, em Santarém (PA), por três meses, chegando a ter escolta policial. Neres passou a receber ameaças por meio de conhecidos e áudios em redes sociais, além de ser informado que estranhos mostravam sua foto à sua procura. Os fatos se deram após denúncia feita sobre a exploração madeireira ilegal em sua comunidade.

Os riscos também se estendem aos/às comunicadores/as indígenas. De acordo com o relatório, em 14 de maio de 2023, “um grupo de comunicadores indígenas foi cercado por fazendeiros dentro da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, e

mantido sob ameaças por quase cinco horas” por conta de uma gravação de “um ato justamente contra a invasão do território por fazendas de gado” (Potter, 2014, p. 33). De acordo com a relatora do caso, a líder indígena Txai Suruí, o número de ameaças tem sido proporcional ao protagonismo cada vez maior dos indígenas em produzir seu próprio conteúdo. A compreensão geral é da comunicação como um escudo: “[os mais velhos nessas comunidades] chamam os mais jovens, os comunicadores, para denunciarem. [...] Eles já entenderam a importância da forma como a gente vem fazendo a comunicação” (p. 35).

Mas as ameaças ao jornalismo periférico amazônico também podem partir do próprio Estado, no contexto do chamado *assédio judicial*, uma forma cada vez mais comum de censura e intimidação ao jornalismo investigativo. Pelo menos quatro reportagens da *Amazônia Real* têm sido alvo de censura judicial. Elaíze Farias, fundadora do site, propõe a reflexão: “Geralmente por trás estão os grandes interesses econômicos, com apoio, omissão, ou incentivo das autoridades públicas, dos governos, dos políticos locais e regionais. Precisamos ampliar o olhar do que é legal e ilegal, pois até mesmo o que parece ser legal vem de processos ilegais” (Potter, 2024, p. 44).

### **Principais resultados/contribuições da pesquisa**

A partir da análise exploratória identificamos os seguintes *aspectos estruturais* que incidem na (in)segurança de jornalistas comunitários: 1) concentração de meios e falta de diversidade e pluralismo; 2) defasagem/ausência legal; 3) problemas de financiamento; 4) militarização (Estado) e paramilitarização dos territórios (tráfico de drogas, milícias, garimpeiros e madeireiros ilegais etc.); 5) criminalização da pobreza e dos movimentos sociais; 6) racismos (contra negros/as, povos originários, ribeirinhos/as etc.). Além desses, identificamos os seguintes *aspectos conjunturais*: 7) polarização política; 8) desqualificação da imprensa; 9) avanço do neoconservadorismo, e; 10) desinformação e discurso de ódio.

### **REFERÊNCIAS**

Cabral, F. Democracia violada: A reconstrução da censura no “Brasil profundo”. Agência Pulsar, 1 mai. 2021a. Disponível em <https://agenciapulsarbrasil.org/democracia-violada-a-reconstrucao-da-censura-no-brasil-profundo/>. Acesso em 27 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. “O meu caso não é um caso isolado”, diz comunicador ameaçado de morte em Campinas (SP). Agência Pulsar, 19 out. 2021b. Disponível em <https://agenciapulsarbrasil.org/o-meu-caso->

---

nao-e-um-caso-isolado-diz-comunicador-ameacado-de-morte-em-campinas-sp/. Acesso em 27 jun. 2024.

Hoaglin, D. C.; Mosteller, F.; Tukey, J.W. Análise exploratória de dados: técnicas robustas - um guia. Salamandra: Almada, 1992.

Jorge, F. Cale a boca, jornalista!: O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. Petrópolis: Vozes, 1987.

Martins, G. Militarização e Censura: A luta por liberdade de expressão na Favela da Maré, Rio de Janeiro: NPC, 2018.

Potter, H. (ed.). Fronteiras da informação: relatório sobre jornalismo e violência na Amazônia. Instituto Vladimir Herzog, 2024. Disponível em <https://vladimirherzog.org/fronteirasdainformacao/>. Acesso em 27 jun. 2024.

Ramos, D. O. e Saad E.. A violência cultural contra jornalistas no Brasil: uma proposta de tipologia e análise do período 2020-2021. 2022, Anais. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2022.

Souza, A. Dá para falar de diversidade sem falar dos riscos de fazer jornalismo local?. Énois, 1 abr. 2021. Disponível em <https://enoisconteudo.com.br/e-os-riscos-de-fazer-jornalismo-local/>. Acesso em 27 de jun. 2024.

Toledo, M. Autor de ataque a jornal em Olímpia era contra medidas de restrição à Covid, diz polícia. Folha de São Paulo, 1 abr. 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/autor-de-ataque-a-jornal-em-olimpia-era-contra-medidas-de-restricao-a-covid-diz-policia.shtml>. Acesso em 27 de jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Prédio de jornal em Olímpia tem incêndio após ser atacado; dono relata ameaças. Folha de São Paulo, 17 mar. 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/incendio-atinge-predio-de-jornal-em-olimpia-dono-relata-ameacas-e-ve-possivel-ataque-criminoso.shtml>. Acesso em 27 de jun. 2024.